

Filologia e campo historiográfico (ou uma crítica ao método)

Marcello Moreira

Ao avaliar cada objeto, considera-o já em via de
dissolução, no ato de se transformar e quase de
apodrecer ou desfazer-se, ou então considera que
cada coisa nasceu quase para morrer

Marco Aurélio, X, 18

Cars, bruns teinz motz entrebesc
Pensius pensanz

Raimbaut d'Aurenga

PRELÚDIO

A filologia é uma das mais antigas disciplinas históricas, que, no entanto, desde meados do século XIX, nunca mirou o próprio rosto no espelho de Clio e cuja historicidade nunca foi reconhecida por aqueles estudiosos que deram a si próprios o nome de filólogos¹. Os textos ditos “literários”, objeto de estudo da

¹ A despeito de haver congressos dedicados à história da filologia, os trabalhos apresentados nas sessões que os constituem normalmente valorizam propostas normativas, que prescrevem o que a filologia deveria ser, definindo-a a partir de manuais estrangeiros ou em português que circunscrevem o escopo dessa disciplina, para, somente em seguida, enquadrar o objeto de que se trata particularmente na definição prévia que o subsume. Só assim, parece-me, creem os filólogos que as edições por si preparadas produzem efeitos de real “como um acordo entre as representações adquiridas e os códigos admitidos ao leitor e ao escritor”, que não costumam contestar (Goulemot, 1996, p. 108). Esses trabalhos têm outra característica: são extremamente descritivos, conquanto essa descrição não empreenda a crítica da historicidade do que descreve. Em âmbito lusófono, a par de uma bibliografia doutrinal escassa, há, ao lado do que se poderia chamar de “normatividade da prática”, fundada nessa bibliografia doutrinal, uma outra prática, que não pode contudo se opor à teoria como corpo de conhecimento filológico já acumulado inclusive pela prática editorial nela fundada, pois que incapaz de explicitar sobre que bases opera. Pode-se dizer que pelo menos no Brasil há majoritariamente a submissão desse capital acumulado de prática crítica à teoria, não havendo espaço, portanto, para a pesquisa filológica conseguir evitar a pressão normativa de princípios estabelecidos sobre a prática. Sabemos que o pensamento filológico no Brasil está presente na pouca diversidade empírica da pesquisa filológica, mas na forma de “opiniões” diferenciadas e até mesmo contraditórias, que não se elevam a princípios, categorias, ou proposições, e que se ignoram ou propositadamente se

filologia, deveriam ser o campo de confronto sistemático entre filologia e historiografia, mas a prática filológica brasileira e portuguesa, de cunho lachmanniano², sendo antes de mais nada um fato de doutrina, pensa o fazer história próprio dos filólogos como o resultado definitivo de uma subsunção da história e da historiografia na própria prática filológica cujo *telos* doutrinal anistórico é a recuperação do texto dito “genuíno”³ (Esse pensamento filológico, formulado em pleno século XIX, transfere para o âmbito da história um modo de pensar que nos é hoje em dia estranho, pois faz crer em tendências ao mesmo tempo inerentes e finalistas que animam o texto e em que somente pode haver coerência na medida em que este atende crescentemente a um fim (Huizinga, 1994)). O que aqui se diz tem caráter diagnóstico, mas, também, infelizmente, prognóstico, pois não vemos filólogos questionando sua prática tomando-a como objeto de reflexão sistemática. Durante muito tempo se pensou que o fazer filológico tivesse como condição primeira a existência de imensas jazidas documentais a serem exploradas e que a matéria-prima do trabalho filológico fossem os textos “literários”, quando, na verdade, o método é o primeiro filão a ser escavado, embora a prática consuetudinária entre nós tenha sido a de se apropriar do cascalho de tempos idos pensando-o, no entanto, como espécie de pedra filosofal. Pode-se dizer que a filologia que hoje em dia se pratica no Brasil e em Portugal se circunscreva ao que se chama de “ciência normal” (Ginzburg, 1991a, p. 171) e que os procedimentos críticos que balizam o fazer filológico sejam totalmente paradigmáticos como no-los define Kuhn (1975). Carlo Ginzburg, ao falar da relação entre “paradigma” e “historiografia”,

calam. Nossa investigação do pensamento filológico, a par de constatar sua diversidade, visa historicamente entender os limites da produtividade de propostas normativas e da diversidade empírica das práticas, elencando os argumentos e ajuizando-os.

² Em nosso estudo o termo lachmanniano se refere a escolas filológicas brasileira e portuguesa, em que predomina a prática de reconstituição de textos por meio do estabelecimento de práticas filológicas que visam à recuperação da última vontade de um dado autor. Pensou-se também chamá-las neolachmannianas pelo forte influxo do neolachmannismo italiano nas referidas escolas filológicas (Trovato, 2014).

³ Entre as definições de “texto genuíno” que se encontram nos manuais de crítica textual publicados no Brasil, a mais recorrente em estudos filológicos é aquela que comparece no manual de Segismundo Spina e incansavelmente citada toda vez que se tem de definir os fins a que visa uma edição crítica: “Um texto pode ser legítimo, autêntico, mas não genuíno. Suponhamos a 1ª edição de uma obra: ela é autêntica, legítima (isto é, não é falsa) porque saiu em vida do autor e foi supervisionada por ele. Acontece que nem sempre a 1ª edição corresponde ao desejo do autor, que nela encontra falhas e coisas que já não condizem com o seu espírito. Assim: uma edição *ne varietur* é uma edição definitiva conforme os desejos do autor; talvez seja ela a 4ª edição. Esta 4ª edição é genuína, mas as três primeiras não o são, embora sejam autênticas, legítimas” (Spina, 1977, p. 23).

assevera que esta é uma “disciplina pré-paradigmática”; mas haveria um outro modo de existência possível para a historiografia? Ela não pode ser paradigmática se sua condição de existência é a de justamente empreender uma crítica sistemática das possibilidades do fazer histórico, em que se subsumem teorias, métodos e procedimentos postos sob contínuo escrutínio, de que deriva serem os paradigmas e sua caducidade objeto mesmo da historiografia, pois esta escrutina suas determinações manifestas. Se o campo historiográfico se beneficiou desde a segunda metade do século passado de uma proximidade crescente com a antropologia, de que derivaram novos temas de pesquisa, e, sobretudo, novos modelos cognitivos, de que decorreu o fim da ilusão etnocêntrica – “o que tornou insustentável a ideia de uma história universal” (Ginzburg, 1991a, p. 173) –, esse contato e os benefícios dele advindos parecem não ter chegado ao campo filológico, cujo etnocentrismo de base é condição da própria prática filológica. Dois dos avatares da doutrina filológica de base lachmanniana de que falamos, Segismundo Spina e Ivo Castro, respectivamente do Brasil e de Portugal, pregam do modo que segue o *telos* disciplinar:

Um texto pode ser legítimo, autêntico, mas não genuíno. Suponhamos a 1.^a edição de uma obra: ela é autêntica, legítima (isto é, não é falsa) porque saiu em vida do autor e foi supervisionada por ele. Acontece que nem sempre a 1.^a edição corresponde ao desejo do autor, que nela encontra falhas e coisas que já não condizem com o seu espírito. Assim: uma edição *ne varietur* é uma edição definitiva, saída conforme os desejos do autor; talvez ela seja a 4.^a edição. Esta 4.^a edição é genuína, mas as três primeiras não o são, embora sejam autênticas, legítimas (Spina, 1977, p. 23)⁴.

⁴ O mesmo diz Ivo Castro em verbete de *Biblos*: “Como editar um texto, quando não há um original único, mas diversos, correspondentes a etapas sucessivas da gênese do texto? Como dar conta da variação entre esses originais e como fixar o texto crítico? Na maioria das situações, o texto crítico reproduzirá o estado em que o autor deixou o seu texto, da última vez que o trabalhou; entre todos os originais, esse tem a autoridade acrescida de ser o único que o autor não pôs em causa por meio de uma revisão” (Castro, 1997, p. 608). Essa ideia se encontra reforçada em outro estudo publicado em 1997 por Ivo Castro, belo ensaio sobre a fatura de uma edição crítica de obras de José Tavares de Macedo, preservadas em manuscrito autógrafo, em que a colação empreendida entre vários estados variantes de cada uma das duas obras editadas atendeu à seguinte demanda: “determinação da versão mais recente” para “estabelecimento do texto crítico”, o que evidencia estar implicada no procedimento analítico a ideia de *telos*, sendo, por conseguinte, a versão mais recente sempre melhor, contrariamente à chamada filologia do manuscrito ausente, em que cada cópia implica deterioração do estado textual inaugural, ambas sobredeterminantes da prática filológica (Castro, 1997a, p. 403-409).

Se se quiser, estabelecer um texto consiste em preparar, a partir de um seu exemplar cuidadosamente escolhido, uma cópia em que alternam a reprodução dos elementos gráficos atribuíveis ao autor (*transcrição*) e a substituição dos elementos reputados não-autorais (*erros*) pelos seus correspondentes conjecturadamente originais (*emenda*) (Castro, 1995, p. 515).

Se o método proposto por Segismundo Spina e Ivo Castro empreende, pela prática sistemática de substituição de “elementos reputados não-autorais” por seus correspondentes “conjecturadamente originais”, a recuperação do texto ajuizado “genuíno”, ele institui previamente à operação crítico-filológica o binômio “erro” *versus* “emenda” que só tem sentido perante a genuinidade que é por seu turno pré-constituída a esse binômio que dela deriva. Mas qual seria o objetivo final de se empreender a sistemática substituição do que se considera “erro” pelas correlatas “emendas?”⁵ A redução das diferenças entre texto supostamente autoral (que não se identificaria a nenhum dos testemunhos constitutivos da tradição textual, pois se tal identificação fosse possível o procedimento crítico de *restitutio* seria descartável) e texto filologicamente reconstituído visa, em última instância, a “habilitar qualquer leitor a extrair do texto a exacta interpretação que o autor tencionou” (Castro, 1995, p. 515). Por ora, é preciso apenas dizer que a possibilidade de submeter todas as tradições textuais, que são objeto da crítica filológica, aos mesmos procedimentos metódicos, como a substituição sistemática de “erros” por “emendas”, implica supor uma absoluta identidade entre essas tradições que autorize sua subsunção aos mesmos procedimentos crítico-metódicos; as tradições, se documentos, e o são, deveriam ser passíveis de seriação, pois pertencentes a um mesmo gênero, de que sobressairiam os elementos redundantes, com exclusão dos discrepantes e singulares, julgados desimportantes ou mesmo indiferentes.

A serialização documental é fundamental para setores da pesquisa histórica que dependem do quantitativismo de longo período para a obtenção de resultados pertinentes, como é o caso, dentre muitos, da história dos preços, daquela dos movimentos de produção e da que tomou como objeto as crises demográficas

⁵ Ivo Castro, no verbete “filologia”, publicado em *Biblos*, assevera mais uma vez que quando da fatura de edições críticas baseadas em tradições textuais politemunhais, alternam dois procedimentos de base, ou seja, “transcrição” e “emenda”; esta última só tem sentido diante da crença de que tradições textuais são sempre “conjuntos formados pelas sucessivas cópias de um texto, produzidas ao longo do tempo e cada vez mais afastadas, na forma e no sentido, do texto original do autor”, sem o quê, não seria preciso haver emendas (Castro, 1997, p. 606).

(Chartier, 1996). Mas o que difere o quantitativismo histórico da crítica textual, é que ele recolhe dados – como o número de nascimentos e óbitos em um dado recorte da duração e do espaço, extraídos de um mesmo gênero de documentos, passíveis de serialização – algarísmicos, que demandam posterior interpretação, e que podem revelar para o historiador, por exemplo, mutações estruturais das crises demográficas europeias, “das crises catastróficas de mortalidade do cruel século XVII às crises de ‘morbilidade’ – menos pesadamente malthusianas – do século XVIII” (Ginzburg, 1991a, p. 171), sem que “haja” uma ou outra previamente à serialização e ao censo documental⁶. No caso da crítica textual, por outro lado, ao tempo em que se fala da unicidade de cada tradição, tratam-se todas elas como unidades homólogas, e a aplicação a todas de um mesmo método e de idênticos procedimentos críticos visa apenas a nelas achar o que se sabe haver nelas, a corrupção da obra de um *deus absconditus*, o autor⁷. O método lachmanniano praticado no Brasil e em Portugal produziu seus dados previamente à análise documental e quando se depara com o que já sabe ali estar, pensa equivocadamente que encontrou o fio de Ariadne, que é, na verdade, o barão da análise fisionômica⁸. A filologia de que falamos não compreendeu ainda que

⁶ Roger Chartier, em um artigo em que analisa a contribuição de Michel Foucault à renovação do campo historiográfico, afirma que a serialização documental em história, ao construir séries homogêneas, e, ao mesmo tempo, distintas, possibilita a determinação das “descontinuidades” e a situação das “emergências”, o que teria motivado Michel Foucault a considerar, em *Ordem do discurso*, “as tabelas de preços de produtos, as certidões notarias, os registros paroquiais, os arquivos portuários” (Chartier, 2004, p. 129), pois “à distância da ‘história filosófica’ e da análise estrutural, a história que trata serialmente os arquivos maciços [...] não é nem o relato contínuo de uma história ideal, nem a maneira hegeliana ou marxista, nem uma descrição estrutural sem acontecimentos” (Chartier, 2004, p. 129). Cita, em seguida, passagem de *Ordem do discurso*, em que se explicita como a história serial promove a compreensão das condições de aparecimento do evento: “É claro, há muito tempo a história não procura mais compreender os acontecimentos por meio de um jogo de causas e feitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou estritamente hierarquizado; mas não é para resgatar estruturas anteriores e estrangeiras, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, frequentemente divergentes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua eventualidade, as condições de seu aparecimento” (Chartier, 2004, p. 129).

⁷ Carlo Ginzburg, em estudo em que discute uma analogia possível entre *ekphrasis* e citação, se pergunta “se os juízos do historiador implicam algum princípio de generalização que possa fundamentar o caráter científico da história” (Ginzburg, 1991b, p. 215). Pode-se dizer por ora que na filologia dos lachmannianos foram princípios de generalização, creu-se, que tingiram essa filologia de um suposto caráter científico, bem ao gosto do século XIX em que ela nasceu.

⁸ Essa fisionomia faz recordar vários procedimentos de natureza tautológica, alguns recorrentes em estudos históricos e criticados ferozmente por March Bloch em seu *Apologie pour l'histoire*, mas não só, pois Carlo Ginzburg, em belo artigo em que discute analogias entre inquisidores e antropólogos, nos diz que, quanto aos primeiros, os documentos por eles produzidos, em que registravam o que extraíam dos réus, têm normalmente um caráter monódico, “na medida em que as respostas dos réus não eram mais do que o eco das perguntas dos inquisidores” (Ginzburg, 1991c, p. 208. Os filólogos

por mais que se esforce, não é possível a constituição de uma “objetividade histórica”, e que, inclusive, “La incompletitud de la objetividad histórica permite mantener en debate la herencia histórica para las generaciones futuras en una indefinida búsqueda de sentido” (Dosse, 2009, p. 20). Ivo Castro fala de uma disponibilização de instrumentos críticos, no âmbito da prática filológica, que assumiria a feição de uma autocrítica e que conferiria ao campo filológico sua força (Castro, 1995): mas de que instrumentos críticos fala ele e de que autocrítica, se os instrumentos críticos são de caráter circular e sua autocrítica se reduz à redundância? Se concordamos com Ivo Castro quando assevera que “Nenhuma edição crítica é mais que uma ‘proposta de trabalho’, nenhuma encerra definitivamente a forma e a significação de um texto” (Castro, 1995, p. 516), entendemos que o caráter precário de toda edição deriva do fato de sempre se poder formular hipóteses mais verossímeis historicamente para explicar uma tradição textual, de que deriva que a historicidade da tradição pode implicar a precariedade da edição pela precariedade do método que a operou, desafeto a essa mesma historicidade. Se a crítica textual lida com tradições manuscritas de caráter poético, isto é, ficto, a sua desalienação crítica tem por base operar a re-historicização da poética e a re-espacialização das práticas, considerando-se os condicionamentos culturais particulares de cada costume poético, próprio de cada gênero⁹. Como dizia

lachmannianos, em sua busca do texto tencionado pelo autor, extraem da tradição a confissão que sabem ela sempre acabará por pronunciar, conquanto não saibam – e nesse sentido são mais ingênuos do que os antigos inquisidores – que ela na maior parte dos casos o faz a contragosto, a contrapelo de sua historicidade. Essa confissão, objetivada no próprio texto crítico, também se faz presente no discurso crítico sobre a obra, sem que o filólogo se aperceba de que “qualquer discurso indirecto”, como dizia Jakobson, “é uma apropriação e uma remodelação de quem cita” (Ginzburg, 1991c, p. 209). Mas essas apropriações e remodelações não se restringem, por necessidade, ao discurso indirecto, podendo dar-se também no discurso direto quando apropriado, e, por consequência, remodelado de vária forma (Para uma demonstração dos procedimentos de apropriação e remodelação de discursos diretos, ver a profícua análise de *The raven*, de Edgar Allan Poe, levada a termo por Jakobson em *Langage en opération* (1964, p. 269-281).

⁹ A filologia dos lachmannianos ainda se atém a um princípio historiográfico dessueto, criticado por muitos historiadores do século passado, matéria da aula inaugural de Lucien Febvre no *Collège de France*: “A história faz-se com textos”. A filologia praticada no Brasil e em Portugal não ajuíza importante o estabelecimento de relações entre tradição textual e costume poético, elidindo de seu campo de estudo o que poderíamos chamar “prática”, em movimento que contraria toda a tradição de pensamento historiográfico do século XX, que culminaria em obras da importância da de Michel de Certeau. Lucien Febvre, em sua aula inaugural no *Collège de France*, já empreendia a crítica da história baseada em textos, contrapondo-a àquela outra que, renovada por novos métodos oriundos de campos como economia e geografia humana, passava a ter nas técnicas e práticas elementos sem os quais permanecia-se Tateando sem nada encontrar de preciso. Qual a decorrência de se persistir em uma história e em uma filologia que se faz só com textos? Para aquela história que se renovou em contato com a geografia humana, por exemplo, eis a perda redundante do pôr de lado técnicas e práticas: “A história faz-se com textos: e de repente parecia evaporar-se a observação penetrante dos sítios, a percepção aguda das

Paul Zumthor (2014, p. 16), “nessa tarefa de desalienação crítica, o que tenho de eliminar logo é o preconceito literário”. Se nossa crítica da filologia de base lachmanniana implica sempre um retorno a livros seminais do campo filológico, a citações, não o faz com o objetivo único de sancionar determinada reflexão, mas visa a sobretudo “demonstrar que uma resposta já tornada clássica não mais se revela satisfatória, que essa própria resposta fez-se novamente histórica” (Jauss, 1994, p. 9), ou seja, que a historicidade da questão revelou-se historicamente impertinente frente à historicidade do objeto que a questão objetivava elucidar, sendo o estudioso obrigado a repropô-la. Mas voltemos por ora a um excerto do artigo de Ivo Castro que tem sérias implicações para uma reflexão sobre os métodos filológicos e que já apresentamos ao leitor. Se, como nos diz Ivo Castro, a preparação do texto crítico tem por finalidade “habilitar qualquer leitor a extrair do texto a exacta interpretação que o autor tencionou”, essa proposição de princípio, conquanto refira um lugar comum dos estudos literários, caro, sobretudo, aos teóricos da recepção, o “leitor”, mal chega no entanto a tangenciá-lo, pois não leva em conta suas modalidades históricas – por exemplo, “discreto” ou “vulgar”, categorias da legibilidade em parte da Europa letrada dos séculos XVI e XVII, que indiciam grupos leitores (Hansen, 2019) – e muito menos “a espessura das determinações particulares” (Zumthor, 2014, p. 25) próprias de todo ato de ler¹⁰. Ao mesmo tempo, essa proposição não reconhece a polissemia do texto poético e elide a compreensão da leitura como efetuação de virtualidades significantes (Goulemot, 1996, p. 108). É preciso ponderar um problema histórico que se faz presente em tal asserção ou proposição, pois se o filólogo consegue atualizar o sentido como o autor o teria feito, isso se dá por necessidade por ser ele capaz de, atendendo a um princípio fundamental da escrita da história do século XIX, anular-se ante seu objeto, permitindo que ele se apresente com total objetividade, com evidente abstração do ponto de vista presente. Mas seria isso possível? Há um outro problema implicado na proposição de Ivo

relações geográficas próximas ou longínquas, o exame das marcas deixadas na terra humanizada pelo labor obstinado das gerações [...]” (Febvre, 1989, p. 17).

¹⁰ Em estudo publicado em Santiago de Compostela, parte de livro em que se homenageia Ivo Castro, João Dionísio, ao fazer menção à monografia que Ivo Castro escreveu sobre o poeta Jerônimo Baía, um dos primeiros resultados de sua longa pesquisa textual, assevera que ela é uma averiguação filológica por excelência, pois “tinha como objectivo propor uma representação do texto tão próxima quanto possível do que foi escrito pelo autor” (Dionísio, 2013, p. 126), asserção essa que replica a definição dos fins a que visa uma edição crítica tal como propostos por Ivo Castro em vários de seus escritos, como veremos à frente.

Castro, a saber: embora tenhamos manuscritos diante de nós quando nos propomos realizar a edição crítica de poemas trovadorescos, não nos perguntamos se tais poemas foram feitos para ser lidos, o que implica pôr em xeque a escritura como meio de sua publicação; os filólogos, como muitos etnólogos criticados por Pierre Bourdieu, cometem frequentemente um erro em sua relação com as coisas que descrevem, notadamente em todos os rituais, um erro que consiste em ler as práticas (como a performance) como se se tratassem de escritos” (Bourdieu; Chartier, 1996, p. 232), conquanto possam ser delas uma espécie de resíduo. Paul Zumthor, valendo-se de proposições de Hans Robert Jauss, reconhece que todo ato de leitura “modifica de alguma maneira o objeto proposto pelo autor, porque não há homologia [...] entre as competências em jogo (escrever, ler)” (Zumthor, 2014, p. 26), de que resulta ser impossível esperar que o leitor, seja ele quem for, extraia “do texto a exacta interpretação que o autor tencionou”. Se Ivo Castro insere o leitor ao final do processo de fatura de uma edição crítica, ele o faz para designar mais uma operação abstrata do que o “leitor lendo, operador da ação de ler” (Zumthor, 2014, p. 28); mas a asserção de Ivo Castro acima citada tem ainda uma outra implicação ou desdobramento, pois se podemos cindi-la em dois polos, sendo o leitor um deles - pois a ele caberia, como dissemos, extrair do texto editado pelo filólogo a exata significação produzida pelo autor ao tempo em que compunha a obra, significação essa que o autor sempre reproduziria idêntica a si mesma toda vez que, como leitor, lesse sua obra¹¹ -, o outro, sem sombra de

¹¹ Essa hipótese, pois assim ela é por nós apresentada, se nos configura impossível, pois como o demonstraram os teóricos da recepção e também Paul Zumthor, os interstícios a preencher (*Lehrstellen*), quando de toda ação leitora, só são preenchidos pela intervenção de uma vontade externa, que, no entanto, depende de um campo dêitico particular: “Um aqui-eu-agora jamais exatamente reproduzível. Quando se fala, como já o fiz, da reiterabilidade própria da poesia, essa reiterabilidade não incide sobre a estrutura do campo dêitico, mas no fato de que haverá sempre um campo dêitico particular” (2014, p. 57). Essa posição interpretativa se choca frontalmente com aquela outra defendida por Ivo Castro e que é excelentemente resumida por Krzysztof Pomian como segue: “A forma visível conferida à obra é, nesta perspectiva (psicologista ou espiritualista), secundária; o essencial é o projeto que ela encarna. Para o compreender, é pois necessário cotejá-lo com o projeto do seu autor. O leitor, o espectador ou o ouvinte acede a essa compreensão quando consegue introduzir, por assim dizer, em si próprio, os traços da personalidade do autor expressos na sua obra, quando consegue elevar-se desse modo à sua altura, na medida do possível, e recriar em si próprio o projeto que era o seu. Um tal método de estudo da cultura, o único válido, recebe o nome de hermenêutica. Os objetos que privilegia, desde que a forma visível das obras parece ser ali o menos importante, são textos, sobretudo literários e filosóficos. Um historiador de cultura exemplar é sobretudo, senão exclusivamente, um filólogo” (Pomian, 1998, p. 87). Esse postulado ou crença é complementado de fato por aquele outro, característico da metafísica filológica oitocentista, que preconiza encontrar-se a poesia “atemporalmente presente no texto literário”, o que possibilita que seu significado objetivo, cunhado de forma definitiva, seja “eterna e imediatamente acessível ao intérprete” (Jauss, 1994, p. 35).

dúvida o mais importante, o “autor”, implica também muitos problemas. Ivo Castro supõe que um certo número de textos ou que um único texto seja passível de ser atribuído a um indivíduo particular, dotado de um nome próprio e de uma correlata biografia, e que, “a partir da leitura desse texto primeiro (‘a obra de Foucault’ [por exemplo]), seja legítimo produzir um outro discurso em forma de comentário” (Chartier, 2002a, p. 123), que, enquanto tal, atualize o sentido tencionado pelo “autor”. Sua proposição assenta sobre a crença de que a “unidade da obra” se justifique pela existência de uma correlata “unidade de expressão”, que, ao desenrolar-se no tempo, origina de si mesma modulações que são correlatas daquelas do fio biográfico, também ele tecido no tempo. Há aqui o que se poderia denominar uma “epistemologia da coincidência imediata ou da transparência” entre “o discurso e o real” (Chartier, 2002b, p. 160), que anima a tradição filológica derivada de Karl Lachmann desde meados do século XIX. O texto literário editado pelo filólogo, por seu turno, é pensado como um correlato do “evento” e é sempre marcado, para o pensamento filológico de base lachmanniana, por sua originalidade (ou causalidade), como se a origem imprimissem uma marca, *tupos*, indelével, que se faz presente no “texto” mesmo antes que se dê o advento do “evento”, marca essa que cabe a procedimentos como o da *lectio difficilior potior*¹² identificar¹³. Nesse sentido, o texto como “evento” perde, quando

¹² Uma bela pesquisa sobre o conceito *lectio difficilior potior* fundar-se-ia no escrutínio de sistemas de percepção e apreciação implicados na escolha de uma dada lição, e no correlato das emoções sentidas frente a uma dada estrutura do texto poético, que permitiria compor uma história da filologia ligada à história da cultura e dos sentidos (Corbin, 1998, p. 109).

¹³ Um procedimento crítico que se combina com o da *lectio difficilior potior* é o da *emendatio ope conjecturae*, a que se recorre quando a documentação é insuficiente ou ambígua; em história, essas lacunas na documentação obrigam o historiador a se valer do modo dubitativo, em que abundam os “talvez”, os “pode ser” etc. Qual problema há em se recorrer a esse modo de articulação do discurso histórico e filológico? Atenhamo-nos, em primeiro lugar, à discussão histórica, pois ela servirá para lançar luz sobre aquela propriamente filológica. Em seu belo livro, *O retorno de Martin Guerre*, Natalie Zemon Davis narra o caso de um homem que é substituído por outro no seio de sua família, que é acolhido pela esposa como se fosse o verdadeiro marido, e que, ao final, é “desmascarado”, processado, inquirido e condenado. Mas é mais do que essas vidas, a do verdadeiro e do falso Martin Guerre e de “sua” esposa, o que interessa a Natalie Zemon Davis; ela deseja compreendê-las integradas ao mundo camponês da França do século XVI a que pertencem. Mas como produz essa compreensão e essa integração? Partamos de uma observação de Natalie Zemon Davis, presente no “Prefácio” de seu livro, e de um comentário a uma outra observação sua, de caráter análogo e complementar, referida por Carlo Ginzburg, em que um modo de fazer história principia a se delinear: (1) “Ao observar Gérard Depardieu representando o papel do falso Martin Guerre, surgiram-me novas ideias de como pensar o desempenho do verdadeiro impostor, Arnaud de Tihl. Senti que tinha meu próprio laboratório histórico que gerava, não provas, mas possibilidades históricas” (Davis, s/d, p. 10); (2) “Pelo contrário — diz Natalie Davis — foi precisamente no decurso do trabalho de filme, ao ver na fase de montagem Roger Planchon a experimentar variadas entoações para o papel do juiz (Coras), que me pareceu ter à minha disposição um verdadeiro e apropriado laboratório historiográfico, um laboratório em que a experimentação

da crítica filológica lachmanniana, parte de sua singularidade, pois que esta se

não produzia provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas' (p. X)" (Ginzburg, 1991d, p. 180). Carlo Ginzburg, ao interpretar o que significaria, no enunciado de Natalie Zemon Davis, "laboratório historiográfico", assevera que a expressão tem um necessário sentido metafórico, pois as "experiências" laboratoriais estão vedadas ao historiador, que estuda "fenômenos temporalmente irreversíveis 'enquanto tais'" (1991d, p. 180). A impossibilidade de recorrer à experimentação não é impedimento, no entanto, para que a história, assim como a paleontologia, por exemplo, crie "critérios de cientificidade *sui generis* fundados, para a consciência comum, sobre a noção de prova" (1991d, p. 180). Mas se assim é – e discutiremos, à frente, como a noção de "prova" é constituída no livro de Natalie Zemon Davis –, é preciso, por outro lado, interpretar melhor os excertos acima apresentados, em que se circunscreve um sentido possível e mais preciso de "laboratório historiográfico", pois dele se fala frente à performance de dois atores, Gérard Depardieu e Roger Planchon. Ao observar este último a experimentar variadas entonações de voz para compor sua caracterização do juiz Coras – o responsável pelo caso "Martin Guerre" –, foi que Natalie Zemon Davis teve uma espécie de *insight*, pois do que vira e ouviu lhe pareceu ter à sua disposição "um verdadeiro e apropriado laboratório historiográfico, um laboratório em que a experimentação não produzia provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas"; é claro que a performance dos atores lhe aguçou a consciência do limiar da verossimilhança de todo discurso sobre o passado, e assim como um ator, em um filme de caráter histórico, tenta reconstruir a historicidade do caractere por ele representado, sempre de forma tateante, e, na maior parte dos casos, anacrônica – pois é impossível, por exemplo, evitar a fratura irremediável ocasionada pela historicidade do próprio sistema linguístico, estando o francês de outrora perdido para nós sem a possibilidade de que se opere uma sua reversão, e, nesse sentido, toda fala em um filme histórico está marcada pelo seu desajuste histórico –, também o historiador produz, por meio do seu discurso sobre o passado, possibilidades históricas mais do que certezas irrefutáveis. Mas é curioso que seja justamente frente às entonações variadas que Robert Planchon empresta à sua voz para compor o caráter de Coras que Natalie Zemon Davis tenha seu *insight*, pois o próprio e inevitável anacronismo da voz do ator, incapaz de capturar *sub modo histórico* a voz dos mortos a que quer emprestar vida, evidencia que essas entonações estão fora do que se compreende como "possibilidades históricas". O ator, ao tentar emprestar voz à sua personagem, se vale de um antigo tropo, a prosopopeia, e é ela que funda a *emendatio ope conjecturae* dos filólogos lachmannianos, que põem a falar o morto emprestando-lhe a voz que ajuizam a mais apropriada para a composição do caractere que desejam ressuscitar. Há, no livro de Natalie Zemon Davis, o recurso ao que Carlo Ginzburg chama de "indagação judiciária", e isso em um duplo sentido: (1) Primeiramente, ao recorrer ao discurso de Coras sobre o caso "Martin Guerre", ela não pode se esquivar ao reconhecimento de certa contiguidade entre a ótica do juiz e a sua própria, já que a reconstituição de vidas de homens e mulheres de condição não privilegiada, como o são o falso Martin Guerre e sua mulher, depende normalmente de "actas provenientes de tribunais leigos ou eclesiásticos", e, nessas situações, "o historiador tem a impressão de efectuar uma indagação por interposta pessoa, a do inquiridor ou a do juiz" (Ginzburg, 1991b, p. 181). É a indagação de caráter judiciário levada a termo por Coras que tinge do mesmo tom parte do discurso histórico do livro de Natalie Zemon Davis; mas, e quanto àquilo que está ausente do discurso de Coras, mas que a historiadora quer inserir em seu próprio discurso? (2) Se a reconstituição das vidas do falso Martin Guerre e de sua "esposa", Bertrand, depende de escritos que foram produzidos frente a uma ocorrência excepcional, e se são, em suma, provas de caráter quase que judiciário, pois uma delas foi composta pelo juiz que acompanhou o processo, Coras, essa reconstituição, para ser mais ampla, como já se disse, depende da conjugação de provas de outra natureza àquelas propriamente concernentes ao "caso". Carlo Ginzburg, ao falar do emprego de uma documentação complementar por Natalie Zemon Davis para recompor as vidas do falso Martin Guerre e de Betrande, assevera que "é precisamente o carácter excepcional do caso Martin Guerre que lança luz sobre uma normalidade documentalmentemente imprecisa" (Ginzburg, 1991b, p. 183); mas de que maneira a documentação respeitante aos camponeses franceses do século XVI é documentalmentemente imprecisa em sua "normalidade"? Pode-se dizer que a "normalidade" da documentação deriva do fato de nela haver situações análogas e é

dissolve na continuidade ideal do *stylus* – essa força primordial – que a crítica filológica produz quando da fixação do texto como resultante da “crença”. Essa fixação parece fundar-se no mais absoluto objetivismo histórico, sem que haja a consciência de que a pretensa isenção é nada menos do que o entendimento estético do editor elevado à condição de norma confessa, mas a do outro cujos direitos são restaurados quando o filólogo restitui-lhe o *flatus vocis*.

A edição crítica do texto à maneira lachmanniana fixa o texto e sua significação, pois crê legítima sua determinação pela “unidade de intenção” que o filólogo não tem dificuldade em reconhecer e em especificar. Nesse sentido, toda operação filológica é a repetição de um mesmo problema e de uma mesma pergunta, de que se espera uma mesma resposta, que denega o que é próprio do fazer histórico e filológico: “Elaborar um fato é construir. Se se quiser, é fornecer uma resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada” – o nada da tautologia metódica. A teoria filológica de cunho lachmanniano é modelização sobre a arte de fixar criticamente textos, não só poéticos e fictos, é preciso dizer, e consigna por meio das categorias que operacionalizam o método uma suposta racionalidade científica. Estas sempre se apresentam como princípios

a analogia condição, por repetibilidade, de se poder falar, inclusive, de “normalidade”; é o recurso à analogia cumulativa presente na documentação complementar que permite a Natalie Zemon Davis, como o diz o próprio Carlo Ginzburg, “preencher as lacunas do acontecimento”, que ela, Natalie Zemon Davis, “se propôs reconstruir” (Ginzburg, 1991b, p. 183). A própria Natalie Zemon Davis esclarece-nos sobre seu procedimento de reconstituição dessas vidas: “Quando não encontrava o homem ou a mulher que estava a procurar, voltava-me na medida do possível para outras fontes do mesmo tempo e lugar para descobrir o mundo que eles devem ter conhecido e as reações que podiam ter tido. Se aquilo que apresento é em parte invenção minha, está no entanto solidamente ancorado às vozes do passado” (Ginzburg, 1991b, p. 183); é preciso dizer agora que se a excepcionalidade da vida do falso Martin Guerre e de Bertrand pode lançar “alguma luz sobre a normalidade documentalmente imprecisa” com que nos deparamos quando compulsamos documentos de natureza serial concernentes aos camponeses da Europa moderna, por outro lado como é possível contar justamente com a “normalidade documentalmente imprecisa” dessa mesma documentação para recompor um largo setor do vivido que se reputa, subrepticamente, “normal”? A excepcionalidade do caso Martin Guerre está evidente em uma questão com que Natalie Zemon Davis abre o seu livro: “Será que alguns aldeões individualmente nunca tentaram modelar sua vida de formas insólitas e inesperadas?” (Davis, s/d, p. 17). Natalie Zemon Davis toma como prova para a reconstituição das vidas camponesas dos Guerre e de Arnaud de Tihl, para a reconstituição do quotidiano de seu mundo, documentos que se reputam tão normais, ou seja, tão recorrentes no grupo a que concernem, que se pode conjecturar que sejam válidos para todos aqueles que pertençam ao mesmo grupo. Essa prova se funda, no entanto, na analogia, na conjectura. Poderíamos nos perguntar agora: qual é o limite da validade da analogia na depreensão da documentação daquilo que me interessa saber? Quando extraio de documentos dados informativos que penso concernirem aos Guerre e a Arnaud de Tihl, conquanto esses documentos não tenham sido produzidos frente a eles, qual a pertinência dessa inter-relação e da extrapolação dos dados documentais para iluminar realidades outras? O que está em questão aqui é a própria prova e o recurso a uma prosopopeia indireta, em que se toma emprestada a voz de um morto, mas para fazer um outro defunto falar; é, filologicamente, um procedimento análogo ao da conjugação de lições para produzir por meio dela a *restitutio textus*.

formulados do saber filológico, redundantes de pesquisas efetuadas, mas que foram paradoxalmente modelizadas por esses princípios; essa circularidade do procedimento crítico deve ser considerada como um pressuposto não explicitado e que sempre se pensou “natural”: uma pergunta que cabe fazer é como esse pressuposto se tornou altamente consensual no pensamento e na prática filológicos. Como resultante, quase não há reflexão sobre questões de interação e combinação de campos e modos diversos de conhecimento, sobretudo histórico e filológico, em que aquele elucidie este. Parte-se sempre de um pressuposto, o de que exista algo chamado “filologia”, “como uma realidade pronta e completa fora da consciência humana, que só precisa ser apreendida e apropriada, cognitivamente, por esta” (Rüsen, 2001, p. 67), quando na verdade seria preciso evadir-se da fácil tendência a essa representação com o objetivo de se evitar a determinação de um domínio de conhecimento e de seu conteúdo previamente a toda pesquisa a realizar. Jörn Rüsen, no primeiro volume de sua obra sobre historiografia, assevera que:

[...] as histórias fundamentam sua pretensão de validade ao expor que os acontecimentos que narram efetivamente ocorreram do modo narrado. Isso se dá, no mais das vezes, pelo fato de que as histórias indicam suas fontes, mencionam testemunhas e avalistas, o narrador explicita sua condição de testemunha ocular – em suma: mediante uma série de expressões linguísticas que designam a experiência sobre a qual se baseia o conteúdo factual da história. A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência empírica. Histórias são empiricamente pertinentes quando os fatos narrados estão garantidos pela experiência (Rüsen, 2001, p. 91).

Mas como pode ser possível que o narrado equivalha à ocorrência dos acontecimentos, se sabemos que estes são sempre apreendidos “de forma incompleta e lateralmente” (Veyne, 1998, p. 18) por procedimentos que implicam a seleção, simplificação e organização do que se narra como condição mesma de que se o narre? E como pode a realidade histórica ser caracterizada como portadora de “pertinência empírica”, se os fatos narrados normalmente não estão garantidos pela experiência, e, mesmo que o estivessem, cada testemunha gera apenas uma perspectiva do evento, não podendo apreendê-lo em sua totalidade. Se a história só se faz por meio de documentos, se ela se constrói por meio de indícios (Veyne, 1998, p. 18), por que devemos pensar que todos os indícios são sempre parte

integrante de uma unidade superior, sem nos perguntar se essa unidade que os determina é ela própria historicamente pertinente ou não? Paul Veyne declara que mesmo que ele tivesse sido Napoleão, teria “apenas uma perspectiva sobre o que os historiadores chamarão o evento Waterloo”, e que a narração histórica, baseada em indícios, em documentos, está “além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”: que conclusões tirar disso para a prática filológica? Creu-se e se crê que os testemunhos de uma dada tradição não equivalham ao texto genuíno saído das mãos do autor; ele está para além de todos os testemunhos que no-lo transmitem. A história, mesmo que narrada a partir de documentos, de indícios, “não mostra o passado ao vivo, ‘como se você estivesse lá’”, pois ela é *diegesis*, e não *mimesis*, com tudo o que isso implica. A filologia, ao contrário, buscou sempre produzir efeitos retóricos, ao querer fazer seu personagem falar em primeira pessoa, e é o *éthos* o que ela nos apresenta quando quer dar vida à sua trama: pensou-se que a operação filológica de *restitutio textus* pudesse fazer falar o autor eliminando do texto toda mediação, com exceção daquela que no presente elide todas as outras, passadas. Jörn Rüsen fixa como ponto de partida de uma história uma orientação determinadora de sentido, “ideia”, que se “constitui simultaneamente como instância suprema decisiva para a verdade de uma história”; esta manifesta-o “na medida em que expõe esse critério de sentido por recurso [...] aos elementos do senso comum previamente dados na orientação do tempo, percebidos por seus destinatários como acima de qualquer dúvida” (Rüsen, 2001, p. 92), o que parece ter sido o caso para a crença na eficácia da *mimesis* e da *prosopopeia* filológicas. A crítica filológica parece ter crido na possibilidade de reforçar sua pertinência empírica ao remeter seus leitores a instâncias de autenticação: mas que instâncias são elas? Pode-se pensar que essa instância consiste na “contemporaneidade factual do passado, ou seja, no fato de que subsiste algo dele e que dá testemunho dele” (Rüsen, 2001, p. 101), como, por exemplo, os testemunhos constituintes de uma dada tradição textual. Mas se há contemporaneidade factual do passado, só há aquela de uma prática, a de se registrar por escrito algo que, ao ser registrado, se torna “texto”. Mas é preciso ainda se perguntar se a pragmática de registro é a mesma dos dias de hoje; é preciso saber quem registrava o que registrava, e o porquê do registro; é preciso saber o que se fazia com o registro depois de produzido; é preciso saber se o registro, se a inscrição, é o resultado final de uma operação escriturária ou se é o indício de algo diferente, como a voz; se o registro o é de uma ou mais vozes, e se a modalidade de existência do que em dado momento se tornou objeto de inscrição é a voz e o corpo, quem eram os executantes, os performers?;

como se executava a performance?; como a voz colidiu com a escritura ou como convergiu para ela?; qual a relação da voz e da escritura com um dado costume poético? Mesmo que haja indícios, como os testemunhos de uma dada tradição textual, não há contemporaneidade factual do passado, pois para que haja tal contemporaneidade, é preciso entender o indício à luz desse passado de que ele é apenas fragmento, que pode auxiliar na compreensão histórica e filológica que dele se deseja produzir, mas que pode não bastar para tanto. Não pode haver contemporaneidade factual do passado pela simples existência de indícios, porque indícios não são autoevidentes; e cabe dizer ainda que os registros, se são objeto de alguém, não são necessariamente de um autor tal como o compreendemos, o que torna sua interpretação à luz dessa categoria enganosa se levada a termo sem prévia pesquisa histórica¹⁴.

Essa categoria, o “autor”, no entanto, é central às práticas filológicas derivadas do método de Karl Lachmann. Basta ler as proposições apresentadas por Segismundo Spina e Leodegário A. de Azevedo Filho em seus respectivos livros, em que se define a função da crítica textual, para se ter ideia de como nelas se articulam identificação, por parte do filólogo, da intenção autoral e determinação das operações de fixação do texto e de sua significação: (1) “A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado” (Spina, 1977, p. 75)¹⁵; (2) “a edição crítica é tida como operação absolutamente necessária ao perfeito entendimento de um texto, ou à sua completa interpretação filológica, segundo critérios que melhor possam aproximá-lo da última vontade consciente do seu autor” (Azevedo Filho, 1987, p. 16)¹⁶. Se

¹⁴ A prática filológica de fixação de textos, visando a alguns fins específicos entre os praticantes do lachmannismo, que requer método de análise específico, é uma forma de evidência de representações constitutivas de um dado grupo social, o dos filólogos, pois as operações da *ars critica* são forma de “produção” no presente, por meio de atualização, não apenas de bens simbólicos de grupos passados, mas sobretudo de bens culturais tornados presentes quando de sua apropriação, que fala mais dela, da apropriação, e dos homens que a operacionalizam, do que propriamente do passado (Prost, 1998, p. 129).

¹⁵ Nessa representação que os filólogos fizeram de si mesmos, é preciso ver em que medida se pensaram ou não como mediadores e se a mediação foi ou não uma categoria por que conceberam seu trabalho de editores e de historiadores da literatura; aqui, cabe referir a precaução declarada por Jean Noël Jeanneney: “[...] não se deve falar de mediação senão quando essa função social e cultural é reivindicada, abertamente ou secretamente, por aqueles que a exercem, quando as instituições e os homens se reconhecem nessa tarefa [...]”, o que implica, reversamente, entender a importância de saber alguém “mediador” sem que este se saiba tal, e saber que há formas de mediação históricas que não se reconhecem tais (Jeanneney, 1998, p. 147).

¹⁶ Um sério problema historiográfico está implicado nessa proposição, pois ela é análoga de uma outra importante para a história escrita durante boa parte do século XIX, mas não só nele, que é a que concerne à relação entre a existência de “uma conexão necessária entre o desenvolvimento histórico e a ideia de uma finalidade objetiva” (Heller, 2008, p. 12); a

não lemos poemas como textos a serem determinados por uma categoria como “autoria”, não desejamos ao mesmo tempo lê-los à moda dos estruturalistas, que os constituem como autossuficientes, fazendo abstração das práticas que os produzem, por exemplo. Se tudo o que se diz e faz em filologia é fruto das condições históricas em que filólogos têm sido formados como filólogos, tomar consciência disso é condição de evitar os efeitos muita vez danosos dessa situação: “o que dá uma função epistemológica a toda reflexão histórica sobre a” filologia (Bourdieu; Chartier, 1996, p. 234). Quando se lê o conjunto de escritos sobre crítica textual e ecdótica produzidos em Portugal e no Brasil durante os últimos cem anos, o leitor desses textos se depara com uma tal uniformidade de procedimentos metódicos e de categorias críticas que se é obrigado a pensar nas filiações entre estudiosos, no papel ativo das instituições de ensino na transmissão e na reificação de métodos críticos, no comum uso de uma bibliografia que jamais se torna dessueta e que sempre se atualiza quando da fatura de uma nova edição que se quer crítica¹⁷. Essa crença em um *telos* imutável, anistórico, da crítica de textos e da arte filológica¹⁸, parece ser a replicação de um princípio historiográfico hoje em dia mais do que dessueto, mas que norteou a escrita de livros de história por décadas, e que Philippe Ariès nos conta, em um belo artigo sobre sua juventude, ter sido uma sua crença de adolescente apaixonado pela história e pelos escritos de Bainville, que consagrou esse princípio: o da indiferenciação da história sob a superfície aparentemente mutável dos acontecimentos (replicado em filologia pela possibilidade de subsunção de todas as tradições a um mesmo tratamento ecdótico):

obra literária, para os lachmannianos, deriva sempre para uma finalidade objetiva que se explica como um *telos* análogo ao do desenvolvimento histórico. Essa relação nunca foi explorada pela história dos métodos editoriais e da crítica filológica pelo que nós sabemos.

¹⁷ O ensino de crítica textual e de filologia, no Brasil e em Portugal, nos últimos cem anos pelo menos, se caracteriza pela oposição entre “história” e “costume”, identificada por Philippe Ariès entre as sociedades rurais da Europa pré-industrial e vigorosa até meados do século XIX. Segundo ele, “a história se opunha, então, ao costume. Assim o mundo costumeiro viveu por muito tempo à margem da história” (Ariès, 1989). A *consuetudo* filológica é espécie de anteparo que previne que o campo filológico seja contaminado pelo vírus da história, o que torna um método o método, equalização de que não se dão conta os filólogos costumeiros.

¹⁸ A filologia lachmanniana promove a sincronização de tradições textuais fragmentárias e descontínuas, ao estabelecer a concordância entre cada uma delas e a “história santa” do breviário do método, empreendendo uma espécie de apostolado regressivo, que “evangeliza” a *poiesis*, do presente das categorias e conceitos, para trás. O método torna solidários o agora e o outrora, de que redonda o encobrimento de “contrastes” e até mesmo afasta a necessidade de percebê-los, sendo a resultante “uma espécie de visão por telescópio da história” (Ariès, 1989).

Toda uma escola histórica então se fundou sobre a noção de que as diferenças dos tempos são uma aparência, que os homens não mudaram, suas ações repetem-se, o estudo destas repetições permite reconhecer as leis da política; uma velha ideia, em suma, muito clássica: nada de novo sob o sol, as mesmas causas repetem os mesmos efeitos, mas expressos com uma insistência e um talento novíssimos e também num momento propício da conjuntura (Ariès, 1989)¹⁹.

Uma das etapas necessárias da escrita de uma história da filologia no mundo lusófono implicaria a composição de uma história de tipo prosopográfico em que se investigasse, para cada um dos expoentes da filologia portuguesa e brasileira do século passado, o binômio ensino/aprendizagem da *ars philologica*, e em que medida a “cientificidade” de nossa *ars* dependeu por muito tempo de tomar seu componente dóxico como “truísmo” que sequer precisa muita vez ser enunciado. Cremos que uma história de tipo prosopográfico sobre filólogos e filologia seria produtiva, pois tomaria por objeto de estudo um grupo bem definido e relativamente homogêneo de atores sociais, frente ao qual se poderia formular um “conjunto de questões uniformes” relativas à educação, ocupação profissional, experiência em cargos, atividade editorial etc., e esses “vários tipos de informação sobre os indivíduos [...] são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas” (Stone, 2011, p. 115) ou de convergências e congruências, que, por sua repetibilidade, são tão significativas quanto as variáveis. Se é difícil, sem uma longa pesquisa que se atenha à análise de matrizes curriculares, de programas de curso e de bibliografias impostas para leitura a alunos de graduação, de mestrado e de doutorado²⁰, determinar em que medida o componente institucional é o motor da inércia intelectual no

¹⁹ Ainda segundo Philippe Ariès, essa prática interpretativa do passado teve grande sucesso entre as décadas de 1930 e 1940 com a *Coleção dos Grandes Estudos Históricos Fayard*, cuja unidade era justamente “assegurada pelos princípios que presidiram a um aspecto da obra bainvilliana (não é o seu aspecto mais sólido): a lei de repetição histórica, a lei de causalidade que determina os acontecimentos” (Ariès, 1989). Se a história bainvilliana representa a mecanização da inteligência da história, o lachmannismo, que lhe é correlato em termos propositivos e metódicos, representa a mecanização da inteligência da filologia e pela filologia.

²⁰ A história de tipo prosopográfico atende a uma necessidade fundamental de pesquisa, pois permite elucidar o papel fundamental das instituições escolares na formação de competências particulares, associada à educação formal: “Porque, nas sociedades modernas da Europa industrializada do fim do século XIX e do século XX, a competência, essencial ao espelho social é teoricamente ao mesmo tempo garantida e legitimada pelo diploma. O que coloca de fato as instâncias encarregadas de entregar o diploma no centro dos maquinismos dessas sociedades” (Sirinelli, 1998, p. 267).

campo filológico, pode-se conjecturar, por ora, que a manutenção de uma dada prática da *ars philologica* em Portugal e no Brasil também se revele – derivada de aprendizado prévio, em etapa escolar, em que se alicerça a crença no caráter veritativo do que se aprendeu – nas bibliografias empregadas para a composição dos manuais que ensinam crítica textual e ecdótica aos alunos do mundo lusófono, já que nelas se faz presente o estado da questão, pelo menos para os autores que os compuseram²¹. A análise da bibliografia ao final desses manuais, casada com aquela outra, que lhe é complementar, dos próprios textos erigidos sobre essa base textual, pensamos, é capaz de desvelar muito sobre o fazer filológico entre nós. Uma história prosopográfica que tomasse os filólogos e seu fazer como objeto de estudo poderia lançar luz sobre o enrijecimento metódico no campo filológico, já que permitiria compreender o papel central que a formação educacional em instituições de ensino da filologia tem desempenhado na manutenção de determinadas práticas críticas. Essa história, que está por fazer, seria análoga àquela que tomou como objeto grupos sociais e sexuais parcamente representados em documentos oficiais, como os camponeses, os heréticos, as feiticeiras etc., esquecidos por longo tempo pela história, com uma diferença significativa: no que concerne aos filólogos, os documentos que lhes concernem são de vária natureza e numerosíssimos e é estranho que uma história sobre eles ainda não tenha sido escrita. Esclarece-se aqui que essa pesquisa prescinde completamente da “ideologia” e atem-se fortemente a práticas, seguindo modelos de história social que conseguem dar conta de explicar como se relacionam sistemas escolares, livros, currículos, magistério; como os primeiros, nessa teia, são gestados em colóquio ou enfrentamento entre pesquisadores, como se propagam, são lidos, apropriados e como impactam e retroalimentam o sistema que os nutre (desculpem-me aqui a metáfora biológica); em suma, objetiva-se aqui entender, dentre outras coisas, como se pode pensar a correlação entre fatos culturais e hábitos sociais (Roche, 1998, p. 44). Desse modo, evita-se uma história de caráter cultural que se nos apresenta como antro-po-história, em que o cultural esteja totalmente descolado da história em sentido lato (Croix, 1998, p. 69-70).

Como é preciso partir de um texto ou de um grupo de textos correlatos para principiar a escrever essa história – o que não nos propomos aqui –, retomaremos,

²¹ Embora os especialistas em história cultural nos tenham ensinado que é importante averiguar os efeitos das classes etárias ou geracionais na ruptura de padrões de reprodução de valores, não se pode, por outro lado, crer que elas impliquem por necessidade “ruptura”, podendo haver prisões, em um campo disciplinar, como o é a *ars philologica*, relativamente longas (Rioux, 1998, p. 312).

em livro que ora principiamos a escrever, *O Brasil filológico*, em primeiro lugar, as proposições de Segismundo Spina e de Leodegário A. de Azevedo Filho sobre o fim a que visa a crítica textual com o objetivo explícito de relacionar essas proposições com as fontes bibliográficas que lhes serviram de base documental para a composição de seus livros, respectivamente *Introdução à edótica e iniciação em crítica textual*. Rastreamos nessa bibliografia de base as definições nela presentes do fim a que visa a crítica textual e determinaremos possíveis filiações desses dois nomes da filologia brasileira a modelos teóricos e metódicos, que eles atualizaram em seus livros e que foram apropriados por outrem a partir deles. cremos que o procedimento investigativo aqui proposto é historicamente pertinente, pois se parte da suposição que a bibliografia em um gênero escolar como o é o manual de crítica textual serve como fonte de autorização do que nele se apresenta como método, categorias críticas etc., derivando a validade do que se enuncia no manual da validação que lhe confere a bibliografia que o autoriza. A pesquisa que ora envidamos, portanto, centra-se na escrita de uma história crítica da filologia de base lachmanniana no Brasil e também das “teorias” filológico-ecdóticas, que, enquanto “teorias”, enquanto “teorias da ‘ciência’ filológica”, cumpre compreender “no sentido do conceito clássico de teoria, que nada mais significa do que a análise de um determinado conteúdo em busca de suas determinações racionais manifestas” (Rüsen, 2001, p. 13), inclusive quando estas se nos tornem apreensíveis apenas enquanto pressuposto – a compreensão dos fundamentos implícitos da prática da *ars philologica* é complementar da análise das pretensões de racionalidade das teorias da edição cuja história, como se disse acima, se visa escrever. A escrita dessa história crítica da filologia visa a expor de forma sistemática as determinações racionais do pensamento filológico nos fundamentos da prática da *ars critica*, buscando especificar as razões históricas e sociais para a continuidade de uma práxis, que só tardiamente se critica e se coloca em xeque. Mas não há dúvida de que a capacidade de criticar é condição simultânea de a *ars critica* fundamentar sua razão crítica, o que ela não tem feito. Concebe-se a reflexão sobre a *ars critica* como produção e disponibilização de instrumentos de conhecimento para a prática editorial, que seria questionada pelo pensamento metateórico com o fim de nela intervir produtivamente, desvelando se seus pressupostos ainda são epistemologicamente pertinentes ou não. Quando se fala de teorias da edição, coisa que já fizemos e de que não nos eximimos aqui, acaba-se por reunir sob uma mesma rubrica, como “lachmanismo”, um conjunto nem sempre muito homogêneo de textos; se a rubrica serve para tornar patente um núcleo comum presente em escritos de vários autores,

constituído de categorias críticas que operacionalizam a *ars critica*, por outro lado torna arbitrária a subsunção pela falta de um ordenamento sistemático do que se toma por objeto, por não considerar, sobretudo, tênues modalizações das matrizes apropriadas, inclusive a combinação de muitas delas, às vezes de forma incongruente. Por outro lado, pode-se perguntar se a despeito das discrepâncias existentes entre manuais normalmente reunidos sob uma mesma rubrica há o que se pode denominar “princípios do pensamento filológico” e como esse pensamento se explica a partir deles, e, nesse sentido, questiona-se aqui previamente, de forma hipotética, é claro, se o que torna os manuais de crítica textual aparentemente cômputos, a rubrica a que estão subsumidos, não é indício seguro de haver neles “princípios” de “pensamento filológico” que objetivem este a partir daqueles. É quase inevitável referir a preocupação em manter um certo balanço entre, de um lado, a atenção a conjuntos de princípios críticos que se apresentam como teoria modelizadora de um método, e, de outro, a detenção nos pormenores. A pesquisa que aqui se propõe é análoga da que foi levada a termo por muitos historiadores, em seu campo de atuação, mas discrepa de muitas reflexões em teoria da história, pois, contrariamente a, por exemplo, Jürgen Rüsen, para quem:

Como se trata de expor o contexto sistemático das principais questões da teoria da história, este livro não se dedica a expor os pontos de vista teóricos correntes e a contrapô-los criticamente. Ele se concentra na exposição sistemática dos problemas, que, em si, pertencem ao campo da teoria da história (Rüsen, 2001, p. 18).

Para nós é justamente a exposição de pontos de vista teóricos, norteadores de uma prática da *ars critica*, e sua contraposição crítica, ao historiá-los, o que permite induzir e compreender o que tem pertencido ao campo das teorias da edição e ao cerne da *ars philologica*, sem dissociar a reflexão metateórica da necessária historicização das teorias da edição e da *ars philologica et critica*. Como as teorias da edição e a prática da *ars critica* têm por finalidade compreender a *poiesis* em sua historicidade, pensando formas de publicar poesia em que se patenteie essa mesma historicidade, a definição de princípios diretores para a investigação metateórica em filologia deve por necessidade aliar a perspectiva empírica àquela outra que se convencionou chamar “normativa”, estando a caducidade desta dependente dos resultados a que se chegue quando do enfrentamento de novas tradições textuais, que deneguem o valor normativo da teoria.

Se é possível compreender teoria da edição a partir do que Jurgen Rüsen definiu como “teoria da história”, ou seja, como “matriz disciplinar” ou como “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico (filológico) determinantes da ciência da história (filologia) como disciplina especializada”, o problema dessa matriz disciplinar emerge quando ela ossifica a prática da crítica ao elidir como possibilidade a variedade metódica fundada em uma condicionabilidade do próprio conjunto sistemático de fatores ou princípios determinantes. Essa variedade metódica tornar-se-ia patente, por exemplo, na forma diferenciada de compreender os testemunhos constituintes de uma dada tradição textual: para os filólogos partidários do lachmannismo em suas vertentes contemporâneas, o testemunho está sempre aquém do texto a ser editado, de que deriva a necessidade de colacioná-los e de combinar suas lições para a produção do texto dito “genuíno”; os testemunhos, para os filólogos partidários do lachmanismo em todas as suas vertentes, existem, mas se caracterizam por um estado de insuperável *default* – não alcançam a integridade que cabe à filologia restituir. Uma filologia que se preocupe em dialogar com a historiografia poderia dizer, frente aos testemunhos, com base em uma filosofia aroniana da história, que, assim como não existem fatos, assim também não há testemunhos, “em estado isolado, exceto por abstração”, e que existem “apenas sob o conceito que os informa” (Veyne, 1983, p. 6), definição essa de que também depende a compreensão dos lachmannianos do que é testemunho, sem que tenham consciência, no entanto, dessa dependência e da operação de informação dela derivada. Por outro lado, uma escrita da história a partir de testemunhos demandaria do historiador, segundo Paul Veyne, a forçosa determinação de constantes, pois, segundo ele, considerando-se uma situação análoga no campo das ciências matemáticas, “um físico diria: a determinação da fórmula acima dos diferentes problemas que ela permite resolver” (Veyne, 1983, p. 8). Mas não tem sido justamente esse esforço irrefletido de determinação de constantes o que fez com que se tomasse toda a poesia como historicamente indiferente, o que eximiu os filólogos de se ater à sua diferença, ao seu “exotismo”, para explicá-lo na medida mesma em que no-lo apresenta como um outro, ou seja, em que produz a explicitação do não-pensado?, que a filologia que sobredetermina as tradições sobre que se debruça de forma exageradamente metódica mantém como um não-pensado? Parece que a filologia brasileira e portuguesa praticada ainda nos dias de hoje pensa o século XX filológico como mera extensão do século XIX e que esse grande século XIX, que, para muitos, elastece-se até os dias de hoje, é um momento histórico ou uma “totalidad homogénea, dotada de una significación ideal y única, presente en

cada una de las manifestaciones” (Chartier, 1996, p. 10) que a expressam, de que deriva uma outra crença, que é aquela de que o devir histórico está organizado como uma continuidade necessária e que “los hechos se encadenan y engendran en un flujo ininterrumpido que permite decidir” que um é a causa e a origem do outro, de que deriva, por fim, as ideias de “origem” e de “continuidade” a que quase todos se apegam. Urge, portanto, levar a termo para a otimização da *ars philologica* aquilo que propunha Michel Foucault: “Todo aquello en lo que uno se apoya para volverse hacia la historia y captarla en su totalidad, todo lo que permite describirla como un paciente movimiento continuo es todo aquello que se trata de quebrar sistemáticamente” (Chartier, 1996, p. 22). A proposição em que nossa reflexão se assenta é justamente a de que deve operar não uma ideia de história “que es relato de las continuidades y afirmación de la soberanía de la conciencia” (Chartier, 1996, p. 22), mas a de que a história e a filologia lidam com descontinuidades, o que implica por necessidade a finitude dos próprios métodos filológicos. Estes, em geral, assim como os objetos que permitem interpretar, “o autor”, “a poesia”, são concebidos como substanciais, e, por conseguinte, são o “real”, o “positivo” da filologia; mas Roger Chartier, ao interpretar a obra de Michel Foucault, ensina-nos que “no existe ‘lo’ real que sería alcanzado a condición de hablar de todo o de ciertas cosas más ‘reales’ que otras, y que se perdería en beneficio de abstracciones inconsistentes por limitarse a hacer surgir otros elementos y otras relaciones”: é justamente o fazer surgir outros elementos e outras relações o que possibilita à filologia dar-se a si uma vida mais longa, necessariamente quando se permite pôr em xeque o “real” que busca incessantemente recuperar, ao instituí-lo. Roger Chartier, discorrendo sobre a interpretação foucauldiana da Revolução Francesa, cita o historiador Alphonse Dupront, quem assevera que:

La verdadera Revolución [...] no es el complejo de acontecimientos que los actores – y los historiadores – designaron de este modo, sino un desarrollo histórico más amplio [...] que es esencialmente el passo de una mítica tradicional (mítica de la religión, de sacralizaciones, de auctoridad religiosa y política) a outra mítica nueva o fe común renovada, cuya afirmación más veemente es no quererse o no saberse mítica (Chartier, 1996, p. 39).

A filologia, tal como a praticam os adeptos do lachmannismo, pode-se dizer, está em fase pré-revolucionária, em que as míticas tradicionais das operações hermenêuticas advindas do Romantismo continuam a operar o sistema de crenças

que têm seu graal na *restitutio textus*; por outro lado, refletir sobre as condições históricas que possibilitaram as formações discursivas sobre que nos debruçamos e a que queremos dar sentido, assim como estar alertas para aquelas outras em que estamos imersos e que nos permitem ser críticos, sem recair ao mesmo tempo em uma nova mística é esforço contínuo que deve nortear o fazer filológico.

Não há dúvida de que toda filologia depende da documentação com que se trabalha, mas depende igualmente do conjunto de problemas que se formulam, e pode dar-se o caso de, frente à documentação vária, o filólogo ater-se a uma problemática esclerosada, como à busca do texto genuíno ou ainda à do *bon manuscript*²². A esclerose da problemática se dá sempre antes do esgotamento da documentação que lhe serve de objeto, como bem o declarou Paul Veyne: “Ora, a experiência prova que a esclerose da problemática sobrevém sempre muito mais cedo que o esgotamento dos documentos: mesmo quando a documentação é pobre, há sempre problemas que não pensamos formular” (1983, p. 12). No caso específico do lachmannismo, há um problema, que é o de crer que todo documento com que labora já foi vitimado de algum tipo de esclerose, mas que esta não é devida ao método que se lhe aplica; sabe-se que toda operação histórica, para o ser, tem por obrigação de incluir em si mesma, na forma de citação, os materiais que a fundam e aos quais ela explica (Chartier, 1996, p. 68), mas a operação filológica lachmanniana parte do pressuposto que a integração de seus materiais à prática crítica depende de reconhecer-lhes em primeiro lugar uma falta, a que se propõe reparar: a integração dos materiais históricos na forma de citação implica restituir-lhes a fidedignidade, para, em seguida, ser objeto de nova operação histórica, somente agora fiável. Entre duas temporalidades que são aquela do filólogo, no presente da operação filológica, e a do documento, provindo do passado, que é sempre ruína, esta, incluída na categoria de “patrimônio” – no século, dir-se-ia patrimônio nacional –, deveria ser ordenada por uma temporalidade que é a sua, mas que se vê comumente sobrepujada por aquela outra do nosso presente: reflexo claro de que o cuidado em pensar o

²² A despeito de não concordarmos com muitas das proposições de método de Ivo Castro, como evidente em várias seções deste artigo, cabe dizer que ele apresentou, em várias ocasiões, sugestões para a operacionalização da prática crítica altamente produtivas, como as que estão substanciadas em “Estratégia e tática da transcrição”, inteligente reflexão escrita em parceria com Maria Ana Ramos sobre a opção entre transcrição conservadora e transcrição modernizadora e sobre a operação de transcrição e de fixação do texto a ser editado considerando-se sempre seu campo bibliográfico, conjunto de todos os textos impressos que disponibilizam socialmente “o texto” a ser novamente editado e que de certo modo impactam a modalidade da edição a ser produzida – estudo que obrigatoriamente deve ser lido por todo aquele interessado em problemas filológicos e textuais (Castro; Ramos, 1986).

tempo deixou de ser um fator determinante da escrita da história e da escrita filológica. Aqui, pode-se dizer que o tempo presente da intervenção crítica cindiu-se em mais de um tempo, o do presente dos que se esqueceram da correlação entre tempo e crítica, para os quais o passado é modalizado de acordo com o presente, e há aquele dos que pensam ser necessária a distância e a possibilidade de historicidade que ela implica. François Hartog, em um de seus livros, ao definir o conceito de “regime de historicidade”, assevera que pode ser entendido “como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado” (Hartog, 2013, p. 28); mas François Hartog também define “regime de historicidade” de uma outra maneira: “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (Hartog, 2013, p. 28). Há sempre o problema histórico, mais do que possível, e visível no campo disciplinar filológico, de que a modalidade de consciência de si, própria de uma dada comunidade, intervenha na forma como ela trata seu passado; se a historicidade é modalidade de consciência de si, nela podem estar reunidos vários regimes de temporalidade, como diria Fernand Braudel, sobretudo se pensarmos na lentidão e resiliência do tempo das mentalidades frente a outras ordens temporais; compreende-se então como a sofisticação tecnológica, computacional, de alguns empreendimentos filológicos, casa-se com uma filologia de base romântica, que remete aos empreendimentos de filólogos como Gaston Paris e tantos outros, do último quartel do século XIX e antes.

Fernand Braudel, ao refletir sobre a relação entre tempo e história, refere primeiramente o que denomina o “tempo curto”, aquele dos acontecimentos, da chamada *histoire evenementielle*:

Ahora bien, tengase en cuenta que la crónica o el periódico ofrecen, junto con los grandes acontecimientos llamados históricos, los medíocres accidentes de la vida ordinaria: un incendio, una catástrofe ferroviaria, el precio del trigo, un crimen, una representación teatral, una inundación. Es pues evidente que existe un tiempo corto de todas formas de la vida: económico, social, literário, institucional, religioso e incluso geográfico (um vendaval, uma tempestade) tanto como político (Braudel, 1970, p. 65-66).

Esse tempo curto é também ele o tempo dos modelos disciplinares, dos paradigmas metodológicos, que se superam uns aos outros à medida mesma que um campo disciplinar toma a si mesmo como objeto de crítica. A filologia de base lachmanniana, no entanto, tornou-se uma filologia do acontecimento, desse mesmo “repetido” que é o texto, sem nenhuma espessura temporal.

Sabe-se que essa história acontecimental, que se estendeu por boa parte do século XIX, deve muito de sua pujança à crença de que o documento, descoberto de forma massiva, possibilitaria ao historiador compor seu relato assegurado pela “autenticidade documental” em que estava contida toda a verdade (Braudel, 1970, p. 66). Como garantidora dessa autenticidade, não é de espantar que a filologia tenha sido possuída pelo fantasma do documento, mesmo depois de ele ter sido exorcizado por muitos dos fazeres históricos. O trabalho filológico é ainda operado em nossos dias, pelo menos por muitos de seus praticantes, por categorias e conceitos da historiografia oitocentista, o que nos permite afirmar com Fernand Braudel que:

Ciertas estructuras están dotadas de tan larga vida que se convierten en elementos estables de una infinidad de generaciones: obstruyen la historia, la entorpecen y, por tanto, determinan su transcurrir. Otras, por el contrario, se desintegran más rápidamente. Pero todas ellas, constituyen, al mismo tiempo, sostenes y obstáculos (Braudel, 1970, p. 70).

É possível findar essa exposição por um outro excerto de Fernand Braudel: “también los encuadramientos mentales representan prisiones de larga duración” (Braudel, 1970, p. 71). Pode-se dizer, por exemplo, que a esclerose dos métodos derivados do de Karl Lachmann se deveu, entre outros fatores, “à separação sistemática, quando da análise filológica, entre as condições técnicas e materiais de produção ou de difusão de objetos impressos (e manuscritos) e a dos textos que eles transmitem” (Chartier, 2002a, p. 64), sem falar da separação ainda mais radical entre texto e práticas de composição que só encontram a textualização em momento posterior do circuito de comunicação. Quando se fala em “tempo histórico”, no caso dos estudos filológicos de base lachmanniana desde meados do século XIX, é preciso perguntar-se como nele se articulam “o campo da experiência, de um lado, e o horizonte de expectativa, de outro”, já que aquele nada mais é do que o fruto da tensão entre os dois últimos (Hartog, 2013, p. 39). Contrariamente àquilo que preconiza Reinhart Koselleck para os dias de hoje, em que a estrutura temporal dos tempos modernos se caracteriza pela “assimetria entre experiência e expectativa” (Hartog, 2013, p. 39), a maioria dos modelos filológicos em voga vive uma incansável repetição da experiência e quase nenhuma expectativa, o que gera paradoxalmente uma igual sensação de presentismo e de atualidade de um passado que pela prática da produção da identidade de si se trasistoriza a cada nova operação crítica.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Philippe. A atitude diante da história: na Idade Média. In: ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231-253.
- BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1970.
- CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana. Estratégia e tática de transcrição. In: *Actes du colloque critique textuelle portugaise*. Paris: Centre Culturel Portugais, 1986. p. 99-122.
- CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 511-520.
- CASTRO, Ivo. Filologia. In: *Biblos*. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, 1997. v. II, p. 602-610.
- CASTRO, Ivo. Os ossos de Camões. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 12., 1997a, Lisboa. *Anais [...]*. Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 1997a. v. II, p. 403-409.
- CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas*. Foucault, De Certeau, Marin. Buenos Aires: Manatíal, 1996.
- CHARTIER, Roger. A “quimera da origem”. Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002a. p. 123-150.
- CHARTIER, Roger. Estratégias e táticas. De Certeau e as “artes de fazer”. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002b, p. 151-161.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 97-110.
- CROIX, Alain. Marx, a alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 51-70.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIONÍSIO, João. Com o mesmo nome: sobre o pensamento filológico de Ivo Castro. In: ALVAREZ BLANCO, María Rosario; MARÍA MARTÍNS, Ana; MONTEAGUDO ROMERO, Henrique; RAMOS, María Ana. *Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013. p. 125-136.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur y Michel de Certeau: la historia entre el decir y el hacer*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

FEBVRE, Lucien. De 1892 a 1933: exame de consciência de uma história e de um historiador. In: FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989. p. 15-27.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991a. p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e citação. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991b. p. 215-232.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991c. p. 203-214.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il retorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991d. p. 179-202.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 107-116.

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas*. São Paulo: Edusp, 2019.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUIZINGA, Johan. *El concepto de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

JAKOBSON, Roman. *Langage en opération*. Paris: Hermann, 1964.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JEANNENEY, Jean-Noël. Audiovisual: o dever de nos ocuparmos dele. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 139-155.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-137.
- RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 307-334.
- ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 25-50.
- RÜSEN, Jürgen. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-279.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.
- TROVATO, Paolo. *Everything you always wanted to know about Lachman's method*. A Non-Standard Handbook of Genealogical Textual Criticism in the Age of Post-Structuralism, Cladistics, and Copy-Text. Firenze: Libreriaitaliana. it Edizioni, 2014.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. História e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.